

REVOLUÇÃO NACIONAL-DEMOCRÁTICA E SOCIALISMO NA AMÉRICA LATINA: As Experiências da Revolução Bolivariana da Venezuela e da Revolução Cubana de 1959*

Eliane Soares

Universidade Federal de Uberlândia

Resumo

Este artigo analisa comparativamente os processos e programas políticos da Revolução Cubana de 1959 e da Revolução Bolivariana em curso na Venezuela, indagando sobre a existência de um sentido nacional-democrático comum nos programas dos dois processos, bem como sobre o vínculo deste conteúdo com a revolução socialista. Os procedimentos de pesquisa envolveram revisão de literatura sobre a revolução nacional-democrática e seus vínculos com o socialismo na América Latina e pesquisa de campo, envolvendo a seleção e análise de fontes documentais e a realização de entrevistas com lideranças dos processos políticos estudados. O resultado da investigação foi que de fato existiu determinado conteúdo comum de sentido nacional-democrático nos programas políticos dos dois processos. Porém, apenas se considerados antes da chegada ao poder. Depois, a Revolução Cubana avançou pelo caminho da revolução socialista contra a ordem capitalista e a Revolução Bolivariana permaneceu como uma revolução nacional-democrática dentro da ordem capitalista. Assim, a experiência cubana foi uma negação da teoria das duas etapas da revolução

socialista na América Latina: uma nacional-democrática e outra socialista, evidenciando a simultaneidade dos dois processos. Já a Revolução Bolivariana permanece no caminho das duas etapas, almejando chegar ao socialismo gradualmente, pela via da revolução nacional-democrática.

Palavras-chave: *Revolução nacional-democrática, socialismo, Revolução Bolivariana, Revolução Cubana*

Introdução

Algumas indagações iniciais sobre o significado do atual processo político vivido pela Venezuela nos levaram a uma pesquisa comparativa sobre os processos e projetos da chamada Revolução Bolivariana e da Revolução Cubana de 1959.

Inicialmente, pretendíamos abordar o conteúdo programático dos dois processos e extrair daí seus pontos em comum, guiando-nos pela idéia de que ambos propunham transformações características de uma revolução nacional-democrática e que esta permanecia, portanto atual, no cenário da América Latina.

Porém, no decorrer da investigação percebeu-se que sem uma abordagem mais profunda sobre a história anterior destes países e das suas experiências revolucionárias enquanto

* Este artigo é fruto da tese de doutorado "O Processo Político da Revolução Nacional-Democrática e o Socialismo na América Latina: Um Estudo Comparativo sobre os Programas da Revolução Cubana de 1959 e da Revolução Bolivariana da Venezuela, defendida no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC) em 2008.

processo, seria impossível compreender o conteúdo de suas revoluções, sem cair em uma simplificação extremada.

Também se tornou necessário debater os vínculos entre a revolução de caráter nacional-democrático e a revolução socialista na América Latina, uma vez que esses vínculos eram por demais evidentes em ambos os casos. Os resultados a que chegamos, apresentamos a seguir.

1. Os vínculos entre a revolução socialista e a nacional-democrática na América Latina

Os países da América Latina caracterizaram-se historicamente pela dificuldade em se construírem como Estados nacionais de fato autônomos e democráticos. Não apenas a independência política das antigas metrópoles européias, o fim da escravidão e a constituição da República foram insuficientes para impedir a continuidade da dominação externa e garantir um desenvolvimento capitalista mais democrático e aberto à participação popular, como o próprio processo de industrialização nacional – inclusive em seu estágio mais avançado da segunda metade do século XX – foi incapaz de superar o “atraso” característico da região.

Assim, a América Latina não seguiu um padrão de desenvolvimento compatível com uma sociedade capitalista nacional minimamente equilibrada e integrada, onde as divisões de classe não produzissem abismos sociais e onde o conjunto da população contasse com oportunidades reais de inserção positiva na ordem social. O processo de acumulação de capital não foi submetido ao controle da sociedade nacional e os investimentos econômicos não foram orientados para o fortalecimento do mercado

interno e não contribuíram eficazmente para a internalização dos centros de decisão política e para a garantia de uma distribuição mais equitativa da renda. (SAMPAIO JR., 1999).

Do final do século XIX até os anos 30 do século XX, a promessa do pensamento positivista e liberal hegemônico era de que o progresso social e político seria um resultado automático do progresso e da modernização capitalista. Foi uma época de muito otimismo em relação às potencialidades da região para superar o passado colonial². (CARMAGNANI, 1984; DEL POZO, 2002; DONGHI, 1985).

Entretanto, esse otimismo foi abalado no contexto da crise de 1929 e da Segunda Guerra Mundial. O impacto da crise sobre o antigo sistema agrário-exportador levou ao questionamento teórico da possibilidade da América Latina seguir um curso espontâneo e autônomo de desenvolvimento capitalista. A partir de então, a pergunta crucial passou a ser: quais eram os principais “entraves” que impediam a América Latina de seguir uma dinâmica de desenvolvimento semelhante a dos países capitalistas centrais ou de desenvolvimento capitalista clássico?

No final da Segunda Guerra, a resposta hegemônica a esta pergunta foi produzida no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Raúl Prebisch

² Embora escrita em 1936, esse otimismo também caracteriza o clássico *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda. Para o autor, apesar de se processar lentamente, a emergência do que chamou de “nossa revolução” seria uma questão de tempo. Essa revolução deveria trazer a democratização plena da sociedade brasileira, não apenas em termos econômicos, mas também políticos, sociais e culturais. Sérgio Buarque de Holanda acreditava que, apesar da persistência das estruturas coloniais, mais cedo ou mais tarde, o avanço do processo de industrialização faria aparecer uma sociedade socialmente mais equilibrada e politicamente mais democrática. Sérgio Buarque de HOLANDA. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

(1968, 1987), presidente da instituição nos anos de 1950 e principal formulador da teoria estruturalista – conhecida também como “desenvolvimentista” – da CEPAL, estabeleceu a distinção centro/periferia, defendendo que nos países da periferia capitalista existiam sérios obstáculos ao desenvolvimento nacional, em virtude da sua dependência do mercado de exportações. Assim, Prebisch considerava que era preciso distinguir o que separava o “desenvolvimento” do “subdesenvolvimento” e encontrar os meios adequados para a superação do último nas condições específicas das sociedades latino-americanas.

Já na década de 1980, ao resumir o enfoque estruturalista por ele inaugurado, Prebisch afirmaria que o mesmo consistiu em mostrar que a industrialização nacional nas sociedades periféricas não resultou de uma tendência espontânea do desenvolvimento capitalista, mas do esforço próprio dessas sociedades que, no contexto da crise capitalista internacional, se viram obrigadas a mobilizar a força do Estado. (Apud SAMPAIO JR., 1999).

Na realidade, porém, essa mobilização da força do Estado já passara a ser a tônica do desenvolvimento capitalista não apenas na periferia, mas inclusive nos países capitalistas centrais, desde pelo menos o New Deal de Roosevelt, mas principalmente no contexto do pós-guerra. No final da guerra, o capital monopolista já dominante na economia se ligava organicamente ao Estado e a crença na autorregulação do mercado da teoria econômica clássica e neoclássica dava lugar, nos países capitalistas dominantes, à hegemonia da teoria econômica keynesiana e, nos países socialistas, à hegemonia da teoria marxista. (HUNT, 1986).

Deste modo, as ideias cepalinas acompanharam em certa medida as mudanças na orientação do capitalismo mundial – que também devido a uma nova correlação de forças políticas no contexto da Guerra Fria e da disputa com o socialismo soviético – deixava mais espaço para um esforço de industrialização na periferia. Essa era a nova realidade, pelo menos para os países mais importantes economicamente da região, como Brasil, México, Argentina e Chile. Nos anos de 1950, esses países haviam avançado consideravelmente em seus processos de industrialização pela via da chamada substituição de importações amparada no Estado e tratavam de ampliá-la e diversificá-la.

No entanto, mais uma vez, esse novo otimismo não duraria muito tempo. Já nos anos de 1960, uma nova crise econômica e a dificuldade encontrada pelos países da região para darem continuidade a seus processos de substituição de importações, colocavam em dúvida as teses da CEPAL.

A tese de que era possível e desejável aos países latino-americanos alcançarem um padrão de desenvolvimento capitalista semelhante ao dos países capitalistas centrais e de que o progresso de suas sociedades dependia do avanço do desenvolvimento econômico induzido pelo Estado, já não era tão facilmente aceita. Começava-se a admitir que mesmo os países mais industrializados e com os mais elevados índices de crescimento econômico da região não haviam conseguido superar a realidade da dependência externa, das desigualdades sociais profundas, do autoritarismo político e do atraso cultural. Em suma, constatava-se que o subdesenvolvimento e a dependência não haviam sido superados, apesar da industrialização e do crescimento econômico.

Nesse cenário, o economista brasileiro Celso Furtado (1974) tornou-se um dos mais contundentes críticos das teorias que atrelavam o conceito de desenvolvimento ao “mito do desenvolvimento econômico”. Para Furtado, o conceito de desenvolvimento deveria ser repensado, considerando-o também em suas dimensões sociais, políticas e culturais, para além de sua dimensão econômica. Assim, Furtado passou a defender que não era possível nem desejável aos países da periferia seguir os estilos de vida e os padrões de consumo das sociedades capitalistas centrais. Portanto, para Furtado, o desafio maior a ser enfrentado nas sociedades periféricas não era tanto o desenvolvimento econômico, mas a mudança de mentalidade, a mudança nos padrões culturais e de valores.

Na América Latina, defendia Furtado, essa mudança de mentalidade implicava tocar no incômodo tema da necessidade de reformas da estrutura social, de modo a democratizar a estrutura fundiária e o acesso à terra, incentivar a ampliação do mercado de trabalho, promover a participação política das classes trabalhadoras e garantir o acesso da população a serviços públicos de qualidade. Uma vez estabelecidas essas prioridades é que deveriam ser definidos o tipo de inserção no sistema capitalista internacional e o nível de participação do capital estrangeiro na economia nacional.

Embora Furtado não defendesse um projeto anticapitalista, mas, ao contrário, o fortalecimento da base empresarial e do espaço econômico nacional, essa sua defesa convergia, em certo sentido, com as teses defendidas pelos partidos comunistas latino-americanos guiados pelo documento de 1928, denominado Teses sobre a situação dos países coloniais e semicoloniais, da Terceira Internacional Comunista.

Com base nesse documento, os partidos comunistas latino-americanos passaram a defender a estratégia de aliança com a burguesia nacional para levar a efeito uma revolução de caráter anti-imperialista e antilatifundiário, capaz de liberar o desenvolvimento autônomo e democrático do capitalismo, como primeira e necessária etapa da revolução socialista. (PRESTES, 1980).

Caio Prado Jr. (1966), como importante intelectual e militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), consubstanciou essa tese, ao defender que a dependência em relação aos países imperialistas e a manutenção de estruturas sociais atrasadas no campo, com o predomínio do latifúndio, eram os principais fatores que impediam o capitalismo de assumir uma dinâmica autossustentada e civilizatória na periferia. Assim, propunha a constituição de um poderoso movimento democrático de massas, único capaz de consumir a construção nacional, liberando as energias sociais e econômicas bloqueadas pela permanência do passado colonial.

Em uma passagem bastante característica, Caio Prado Jr. escrevia sobre a realidade brasileira:

É preciso não esquecer que a situação da economia brasileira, a pobreza e os baixos padrões da população trabalhadora derivam menos, freqüentemente, da exploração do trabalhador pela iniciativa privada, que da falta dessa iniciativa com que se restringem as oportunidades de trabalho e ocupação. (1966, p. 266).

Contudo, apesar de bastante influente e duradoura não apenas no seio do movimento comunista, mas da esquerda latino-americana em geral, a tese da aliança estratégica com a burguesia nacional e da possibilidade de desenvolvimento de um capitalismo autônomo e democrático na periferia foi fortemente contestada pelo surgimento de novas

perspectivas interpretativas na América Latina dos anos de 1960 e 1970. Essas perspectivas eram radicalmente críticas e passaram a questionar a própria viabilidade de reformar o capitalismo periférico a ponto de torná-lo mais equilibrado socialmente, politicamente democrático e economicamente independente.

Segundo essas novas teorias – entre as quais a obra *Desenvolvimento do subdesenvolvimento* de André Gunder Frank, *Dialética da dependência* de Ruy Mauro Marini e, inclusive, o controverso livro *Dependência e desenvolvimento na América Latina* de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto - o atraso não era um mero resíduo do passado colonial, mas tinha sua funcionalidade no processo de acumulação de capital na periferia. Por essa razão, o subdesenvolvimento não poderia ser superado pela simples intensificação da acumulação capitalista.

Em trecho de um artigo publicado em 1985, Cardoso e Faletto evidenciavam de forma bastante clara o centro das divergências:

Não é realista imaginar que o desenvolvimento capitalista resolverá problemas básicos para a maioria da população. Ao fim, o que deve ser discutido como alternativa não é a consolidação do Estado e a realização plena do “capitalismo autônomo”, mas sim a sua superação. A questão relevante, então, é como construir caminhos para o socialismo (CARDOSO; FALETTTO, 1985, p. 30).

Porém, dentre as diversas análises do capitalismo dependente e das diferentes defesas da necessidade de sua superação, se destacariam por sua densidade os trabalhos do sociólogo e militante Florestan Fernandes. Em algumas de suas principais obras (1981, 1981a, 1987), Florestan Fernandes enfatizou as

relações entre as especificidades do desenvolvimento histórico do capitalismo latino-americano e a conformação da estrutura de classes das sociedades nacionais da região. Para Florestan Fernandes, o erro básico das teorias do “capitalismo autônomo” estava em pensar a existência de um único padrão de desenvolvimento capitalista e que as revoluções burguesas clássicas poderiam se reproduzir em períodos e circunstâncias históricas muito distintas. Por essa razão escreveu:

Há burguesias e burguesias. O preconceito está em pretender-se que uma mesma explicação vale para as diversas situações criadas pela “expansão do capitalismo no mundo moderno”. Certas burguesias não podem ser instrumentais, ao mesmo tempo, para a “transformação capitalista” e a “revolução nacional e democrática”. O que quer dizer que a Revolução Burguesa pode transcender à transformação capitalista ou circunscrever-se a ela, tudo dependendo das outras condições que cerquem a domesticação do capitalismo pelos homens (1987, p. 214).

Dessa forma, na América Latina a revolução burguesa não teria conseguido impulsionar o potencial de autonomização nacional e avanço democrático constitutivo das revoluções burguesas clássicas da Europa e dos Estados Unidos³. Partindo da análise de Marx, Florestan Fernandes avaliou que aquelas

³ Entre as revoluções burguesas “clássicas” e as “atrasadas”, Florestan Fernandes considera um segundo tipo: as revoluções burguesas “atípicas” do século XIX, cujo exemplo mais característico foi o da Prússia, daí o termo “via prussiana”. Nesse caso, o temor burguês em relação ao radicalismo popular teria minado o potencial de avanço democrático da revolução burguesa, mas, por outro lado, a forte centralização do poder pelo Estado teria propiciado a realização plena da revolução nacional, impedindo a conformação de um sistema de dependência externa.

revoluções se realizaram simultaneamente como revoluções capitalistas e como revoluções nacional-democráticas, em virtude de terem contado com a participação ativa das massas trabalhadoras e populares, levando à derrota completa do “antigo regime” e a um capitalismo com determinadas propriedades construtivas.

Já na América Latina, Florestan Fernandes considera que o caráter atrasado da revolução burguesa levou à dissociação entre o desenvolvimento capitalista e a revolução nacional-democrática, gerando uma estrutura social que combinou permanentemente o novo e o velho, o tradicional com o moderno. Isso porque a direção política da revolução burguesa ficou nas mãos de uma burguesia conservadora e dependente, que preferiu a associação estratégica com o imperialismo e com as antigas oligarquias rurais, a abrir o espaço político à participação das massas trabalhadoras e populares.

Essa opção, por sua vez, conduziu a burguesia dependente e associada a mover-se em uma espécie de círculo vicioso, em que quanto mais aprofundava a “modernização” econômica, mais reforçava seu caráter autocrático interno e sua subordinação e impotência perante o imperialismo. Nas palavras do autor:

Ao condenar ao ostracismo e à participação segmentária ou marginal suas classes “baixas”, as sociedades nacionais da América Latina não só destroem as identificações larvárias dessas classes com a ordem social competitiva e dissipam suas “compulsões burguesas”. Elas também se condenam à eternização da dependência e do subdesenvolvimento, mediante a institucionalização do capitalismo selvagem. O campo de forças socialmente ativas só fica aberto aos “campeões do desenvolvimento”, todos adeptos dos “milagres econômicos” proporcionados pela industrialização da dependência, do

subdesenvolvimento e da exploração implacável do povo (FERNANDES, 1981a, p. 84).

Mesmo quando o ritmo da modernização foi intenso, afirma Florestan Fernandes, as estruturas fundamentais da sociedade colonial não desapareceram. Pelo contrário, o avanço da industrialização na América Latina da segunda metade do século XX coincidiu com o recrudescimento do sistema imperialista e das características autocráticas do conjunto do sistema capitalista, aumentando o temor burguês para com a participação política dos “de baixo”, especialmente no contexto de polarização com o bloco socialista. Assim, os golpes militares de extrema direita, ocorridos em quase todos os países da América Latina entre os anos de 1960 e 1980, para Florestan Fernandes, desempenharam o papel de “contra-revoluções preventivas”, cujo intuito foi não apenas derrotar, mas antecipar-se e impedir a eclosão de revoluções sociais e políticas genuínas dentro ou contra a ordem capitalista.

Dadas essas condições, Florestan Fernandes questionou a viabilidade da revolução nacional-democrática por dentro da ordem capitalista na América Latina, uma vez que faltariam forças sociais interessadas nessa revolução. Se, por um lado, a classe trabalhadora e as massas populares poderiam ter interesse na realização dessa revolução, mesmo não sendo a sua revolução, por outro lado, dificilmente ela poderia, sob a condução dessas forças sociais, estacionar em um patamar democrático-burguês, tendo que ligar-se desde cedo e ser rapidamente conduzida à revolução socialista.

Para Florestan Fernandes (1979), o exemplo da Revolução Cubana de 1959 foi emblemático a esse respeito. Já os processos

revolucionários latino-americanos que tentaram viabilizar profundas transformações de cunho nacional-democrático por dentro da ordem capitalista teriam fracassado em seus intentos, evidenciando que as conquistas populares que nos países centrais haviam sido parte do próprio desenvolvimento capitalista, nos países periféricos teriam que ser realizadas contra esse desenvolvimento, num processo simultâneo de revolução anti-imperialista, democrático-radical e socialista.

2. Processo e programa da Revolução Cubana de 1959

Apesar da imagem amplamente difundida de Fidel Castro e dos “barbudos” da Sierra Maestra, a Revolução Cubana de 1959 foi o resultado de um processo histórico muito mais profundo e complexo. Como deveria ser evidente ela não surgiu do nada e nem foi fruto da imaginação e da ação prática de um único indivíduo.

Muito antes da tomada do poder pelo Exército Rebelde em 1º de janeiro de 1959, os revolucionários cubanos, como indivíduos, forças políticas organizadas e forças sociais mobilizadas, já haviam convergido em pontos essenciais em uma visão de Cuba e de um projeto para Cuba, que mesmo sem ter assumido a forma de um programa partidário no sentido estrito do termo, constituía um programa revolucionário bastante claro e fortemente coesivo.

A síntese deste programa foi exposta brilhantemente por Fidel Castro na sua histórica autodefesa, intitulada *La historia me absolverá*. Este documento tem o mérito de articular as aspirações mais sentidas do povo cubano com uma estratégia revolucionária muito mais abrangente do que a simples destituição da ditadura de Fulgencio Batista. A

derrota da ditadura deveria ser apenas o começo de uma revolução autêntica que fosse capaz de superar a república neocolonial cubana e realizar as bandeiras da “independência econômica, da liberdade política e da justiça social”; bandeiras que, no caso de Cuba, não eram figura de retórica ou superficialmente compreendidas, não apenas pelos intelectuais e dirigentes do processo, mas, inclusive, pelo sentido comum das amplas massas populares.

Essas bandeiras se articulavam em um todo orgânico que implicava não apenas a negação da realidade anterior do domínio estrangeiro, do autoritarismo político e das profundas desigualdades sociais, mas a proposta positiva da sua superação por meio da constituição de uma república democrática do povo. E, para evitar dúvidas, Fidel Castro definia claramente o que entendia por povo:

Quando hablamos de pueblo no entendemos por tal a los sectores acomodados y conservadores de la nación... Entendemos por pueblo, cuando hablamos de lucha, la gran masa irredenta, a la que todos ofrecen y a la que todos engañan y traicionan, la que anhela una patria mejor y más digna y más justa... Nosotros llamamos pueblo si de lucha se trata, a los seiscientos mil cubanos que están sin trabajo... a los quinientos mil obreros del campo... a los cuatrocientos mil obreros industriales y braceros... a los cien mil agricultores pequeños, a los treinta mil maestros y profesores, a los diez mil profesionales jóvenes: médicos, ingenieros, abogados, veterinarios, pedagogos, dentistas, farmacéuticos, periodistas, pintores, escultores, etcétera... ¡Ése es el pueblo, el que sufre todas las desdichas y es por tanto capaz de pelear con todo el coraje! a ese pueblo, cuyos caminos de angustias están empedrados de engaños y falsas promesas, no le íbamos a decir: “Te vamos a dar”, sino: “Aquí tienes, lucha ahora con todas tus fuerzas para que sea tuya la libertad y la felicidad!” (CASTRO RUZ, 2007, p. 26-28).

Assim, Fidel Castro indicava também o caminho para realizar o programa e a estratégia: o caminho revolucionário. O

método revolucionário não implicava apenas, ao contrário do que muitas vezes se pensa, a luta armada como meio para derrotar a ditadura, mas principalmente a ideia da revolução como uma obra do povo e para o povo. Desde o Moncada, Fidel Castro jamais abriria mão deste ponto de vista e entraria inclusive em polêmica com outras personalidades e forças políticas para defendê-lo até o fim. Isso implicava um ponto de vista radicalmente democrático, uma vez que entregava toda a soberania ao povo e sustentava teoricamente a revolução como fonte de direito.

Com base nessa concepção é que quando a revolução saiu vitoriosa contando com a participação ativa e o apoio da esmagadora maioria popular, o poder revolucionário alicerçado no Exército Rebelde pode promover mudanças imediatas na estrutura do Estado, logo após o restabelecimento formal da Constituição de 1940.

Embora se compreendesse que a realização do “programa do Moncada” - ou seja, das medidas de democratização da estrutura sócio-econômica de Cuba propostas em *La historia me absolverá* - fosse completamente compatível com a legalidade da Constituição de 1940, uma reestruturação imediata do poder político foi defendida como condição primeira e necessária para a efetivação daquelas medidas. O poder político central passou a ser o comando do Exército Rebelde que, aclamado pelo povo, constituiu o novo governo revolucionário que, por sua vez, reestruturou antigas instituições, criou novas segundo as necessidades e nomeou para os postos-chave de comando quadros comprometidos com a revolução.

Evidentemente, esse não foi um processo isento de conflitos e contradições, mas o fundamental é que o poder revolucionário sempre foi exercido pelo comando do Exército

Rebelde, que soube interpretar e dirigir, segundo os objetivos revolucionários, a força de pressão de um povo liberado. Também a destruição do Exército oficial no confronto com a guerrilha facilitava essa tarefa, dado que o antigo Estado já praticamente não existia e era preciso por algo em seu lugar. (MARTÍNEZ HEREDIA, 1998).

Desta forma, organizada e concentrada no poder central revolucionário, a força do povo na constituição de uma nova ordem foi potencializada e não se quis e nem houve como voltar atrás no processo revolucionário, ao menos sem trair as aspirações populares historicamente almejadas. As medidas revolucionárias, lançadas uma após a outra, foram gerando desafetos e deserções no campo das classes dominantes internas e externas, mas também, contraditoriamente, foram amalgamando cada vez mais as forças revolucionárias e o povo. Assim, a revolução era lançada irresistivelmente para frente.

Mas quais foram as medidas revolucionárias realizadas e qual o significado da república popular e democrática almejada?

As primeiras medidas implementadas após a tomada do poder foram exatamente as defendidas em *La historia me absolverá*, ou seja, o chamado programa do Moncada. A primeiríssima medida proposta nesse documento, como já dito, era a restituição da Constituição de 1940 proscrita pela ditadura e, em seguida, apareciam medidas como a reforma agrária, a industrialização, a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, a nacionalização de serviços públicos essenciais tais como a eletricidade, o gás e a telefonia e, por fim, a ampliação dos investimentos na saúde e na educação. (CASTRO RUZ, 2007).

Em suas linhas essenciais esse programa não foi modificado durante todo o processo

revolucionário até a tomada do poder em 1959. No primeiro Manifiesto al pueblo de Cuba do Movimento 26 de Julho - assinado por Fidel Castro no México em 1955 - as medidas defendidas em *La historia me absolverá* eram reafirmadas e detalhadas. Nesse Manifesto se propunha a proscricção do latifúndio, com a distribuição da terra aos pequenos agricultores e garantia de ajuda econômica do Estado; um programa de habitação popular, com o rebaixamento vertical dos aluguéis e a conversão de cada inquilino em proprietário de sua casa ou apartamento; um programa de melhoria das condições de trabalho com restituição dos direitos trabalhistas retirados pela ditadura e ampla participação dos trabalhadores nos lucros das empresas; um vasto plano de industrialização impulsionado pelo Estado; a ampliação dos serviços de eletricidade à população rural e suburbana; a nacionalização dos serviços públicos de telefonia, eletricidade e gás; a ampliação do acesso à educação e à cultura com a reforma integral desses sistemas e retribuição digna aos seus profissionais; reformas democratizantes da administração pública, do serviço militar e das Forças Armadas, com remuneração justa aos funcionários e abolição da pena de morte do Código Penal Militar em períodos de paz; a implantação de medidas adequadas para evitar discriminações por razões de raça ou sexo; a instituição de seguro contra o desemprego; a reestruturação do Poder Judiciário com a abolição dos Tribunais de Urgência; e, por fim, a confiscação dos bens dos políticos e funcionários corruptos de todos os governos anteriores. (MR-26-7, 2007).

Esse programa claramente não era um programa anticapitalista e socialista e nem mesmo abertamente anti-imperialista mas, como dito anteriormente, democrático e popular. Contudo, conhecendo-se a história anterior e o momento vivido por Cuba, sabe-se

também que este não era um programa moderadamente reformista e com tendência a se tornar letra morta, principalmente pela prática revolucionária de seus proponentes, mas também porque estes tinham atrás de si um longo e profundo acúmulo revolucionário e se entendia que as medidas defendidas por Fidel Castro eram apenas a conversão prática do ideário irrealizado de “independência econômica, liberdade política e justiça social” das três revoluções cubanas anteriores: as revoluções independentistas de 1868 e de 1895 e a chamada Revolução de 1930.

Por isso, quando Fidel Castro afirmou que o “autor intelectual” do assalto ao Quartel Moncada havia sido José Martí, essa afirmação fazia todo o sentido para o povo cubano. É impossível conhecer não apenas a história da independência de Cuba, mas inclusive a história das revoluções cubanas do século XX e a cultura nacional cubana até os dias de hoje sem conhecer a vida e a obra de José Martí, aquele que receberia o título de Apostol da independência e da pátria cubana.

Martí fue un demócrata revolucionario que vivió en el límite extremo de las posibilidades de su circunstancia, y previó incluso no pocas de aquellas tareas que, según comprendió con claridad, no le correspondía realizar en ese momento. Precisamente a Baliño, para entonces ya declaradamente socialista, Martí dirá: “¿La Revolución? La Revolución no es la que vamos a iniciar en las maniguas, sino la que vamos a desarrollar en la República.” Martí fue, pues, el aguerrido y militante ideólogo de las clases populares (a pesar de que el proletariado cubano todavía era sólo una fuerza incipiente), mientras la burguesía criolla se veía representada por los autonomistas. [...] De la burguesía cubana [...] Martí no recibió sino ataques e injurias. (FERNÁNDEZ RETAMAR, 2001, p. 61, grifos do autor).

Dessa forma, os revolucionários cubanos do século XX estabeleceram uma linha de continuidade direta entre o projeto martiano de uma república democrática e popular dirigida

pelos trabalhadores e o projeto socialista. E essa tradição cultural, reforçada pela revolução democrática com tendência socialista que governou o país durante cem dias na década de 1930, converteu-se em consciência política de massas no contexto revolucionário dos anos de 1950.

Não que os cubanos em geral conhecessem profundamente o pensamento de José Martí, mas com toda certeza tinham noções claras do que significava uma república martiana: uma república do povo, ou seja, das maiorias, radicalmente democrática e sem privilégios de nenhum tipo.

No decorrer do processo revolucionário, esse consenso a respeito da necessidade de finalmente realizar na prática a república martiana também foi sendo gestado entre as organizações políticas da esquerda revolucionária.

Nesse sentido, é interessante observar como no desenvolvimento inicial do processo revolucionário, especialmente os jovens politicamente organizados na juventude do Partido do Povo Cubano – Ortodoxo (que forneceria os principais quadros do assalto ao Moncada e, posteriormente, do Movimento 26 de Julho), da juventude do Partido Comunista (rebatizado de Partido Socialista Popular – PSP nos anos de 1940) e do Diretório Revolucionário, oriundo do movimento estudantil cubano, foram convergindo em uma leitura semelhante da realidade cubana, na elaboração de um projeto revolucionário e também na definição das formas de luta a serem empregadas para derrotar a ditadura.

A Juventude Comunista, apesar de concordar com as teses de seu partido, o PSP, sobre a necessidade de um amplo movimento de massas, dirigida pela classe operária, para conduzir uma revolução nacional-libertadora e democrático-radical que abrisse caminho ao

socialismo em Cuba, questionava as táticas inocuamente pacifistas e moderadas do seu partido no combate à ditadura. Nesse aspecto, se aproximava mais do ponto de vista de Fidel Castro e do MR-26-7⁴ do que do seu partido. (ROCA, 1961; HIRAM PRATS LABRADA, entrevista julho de 2007).

Por outro lado, a chamada Juventude Ortodoxa, ligada ao Partido Ortodoxo a que pertencia Fidel Castro e outros jovens moncadistas, também adotou um ponto de vista mais radical sobre Cuba do que seu partido, declarando-se anti-imperialista, marxista e socialista num folheto pouco conhecido de 1948. Consta também que em sua militância antes do Moncada, Fidel Castro entrou em conflito com o presidente desta Juventude por considerá-lo excessivamente moderado e burocrático. (JUVENTUD ORTODOXA, 1948; RODRIGUEZ, 1983; ELVIRA DÍAZ VALLINA, entrevista julho de 2007).

Já os jovens do Movimento Estudantil, de acordo com Julio García Oliveras (2006, entrevista julho de 2007), foram desenvolvendo paulatinamente - especialmente inspirados pela integridade e convicção do líder da Federação de Estudantes Universitários (FEU) José Antonio Echeverría – o conceito de revolução cubana. Para Echeverría, revolução cubana significava “una transformación profunda de nuestra realidad política, económica y social”. (apud. JULIO GARCÍA OLIVERAS, entrevista julho de 2007).

⁴ Os jovens comunistas já tinham uma história anterior de aproximação com Fidel Castro e seu irmão, Raúl Castro, repassando-lhes literatura marxista no contexto das lutas estudantis da Universidade de Havana. Raúl Castro chegou, inclusive, a participar juntamente com essa organização juvenil do Congresso de 1948 da Federação Mundial das Juventudes Democráticas, realizado em Praga. (ELVIRA DÍAZ VALLINA, entrevista julho de 2007).

Essa convergência estratégica é confirmada por Fidel Castro, em entrevista concedida a Ignacio Ramonet já nos anos 2000, quando afirma que após o golpe de Fulgencio Batista, quando já havia concluído que a luta armada era a única forma de derrotar a ditadura, embora já tivesse convicções socialistas, não pensava em realizar o socialismo como propósito imediato, mas uma revolução democrática e de libertação nacional, que pudesse servir a esse propósito futuramente. (CASTRO RUZ, [200-]).

Assim, de fato, o projeto e o programa anterior ao 1º de janeiro de 1959 tinham um caráter nacional-democrático e não socialista, embora também a cultura socialista em Cuba já fosse muito forte e os propósitos socialistas bastante conhecidos não apenas das lideranças revolucionárias, mas do próprio povo. Ou seja, o socialismo como solução definitiva aos problemas de Cuba já era historicamente conhecido e debatido. Se o socialismo já estivera presente na Revolução independentista de 1895 e na Revolução de 1930 seria um contra-senso desaparecer do contexto revolucionário dos anos de 1950, quando o objetivo primordial era justamente retomar aquelas revoluções do patamar em que haviam estacionado.

Portanto, dois eram os consensos no contexto pré-revolucionário: o primeiro era que as soluções duradouras para Cuba somente seriam possíveis com uma revolução socialista e o segundo que no contexto da luta revolucionária contra a ditadura de Batista, a revolução tinha um caráter nacional-libertador e democrático que deveria abrir caminho ao socialismo e não propor o socialismo diretamente.

No entanto, após a vitória da revolução em 1º de janeiro de 1959, o processo foi avançando

ininterruptamente, deixando para trás, como disse Martínez Heredia (2005), as propostas prévias mais ousadas.

Las acciones masivas organizadas, el ejercicio del poder, la concientización general, la gran autoconfianza y el orgullo de ser cubano revolucionario, las nuevas realidades superiores a los más ambiciosos programas previos, transformaron radicalmente a Cuba y a los participantes en su proceso. Es imposible exagerar la importancia del origen revolucionario de las relaciones, instituciones e representaciones que caracterizan al régimen cubano actual. A la sociedad resultante de tantas transformaciones, su decisión de mantenerse y de continuar su proceso de liberación total, se le ha llamado socialismo. Fue la primera revolución socialista autóctona producida en Occidente. (p. 11).

Segundo o próprio Fidel Castro, no primeiro semestre de 1959 a revolução no poder já havia conseguido cumprir as medidas defendidas no programa do Moncada e um ano e meio depois, em abril de 1961, já se encontrava muito além deste programa, tendo nacionalizado e estatizado praticamente todas as riquezas minerais, terras, indústrias e serviços do país e reorganizado o sistema de produção de acordo com os princípios do socialismo. (CASTRO RUZ, 1975).

Desta forma, quando da invasão militar promovida pelo governo dos Estados Unidos a Playa Girón em abril de 1961, Fidel Castro pode dizer que os que lutaram e venceram os Estados Unidos nessa batalha já estavam lutando em defesa do socialismo. (MARTÍNEZ HEREDIA, 1998; ELVIRA DÍAZ VALLINA, entrevista julho de 2007).

Tentar deter a revolução e impedir o socialismo durante esse processo, como já dito, constituiria uma traição aos anseios de todo um povo, que havia lutado e dado seu sangue pela vitória, por acreditar em suas lideranças e, sobretudo, como havia dito Fidel Castro em *La historia me absolverá*, por acreditar suficientemente em si mesmo.

Já com uma das primeiras medidas revolucionárias, a reforma agrária, a burguesia interna e o governo dos Estados Unidos, que inicialmente haviam reconhecido e até saudado a revolução e Fidel Castro, retiraram o apoio e rapidamente foram se tornando hostis ao processo, até se converterem abertamente em contra-revolucionários. O mesmo ocorrendo, porém em menor grau, com alguns setores intermediários.

Deste modo, a experiência evidenciava que o terreno se tornava vazio para qualquer proposta de revolução dentro da ordem capitalista em Cuba, uma vez que as classes burguesas dominantes não estavam interessadas em nenhuma revolução.

3. A Revolução Bolivariana da Venezuela

Talvez até mais do que a Revolução Cubana de 1959, devido ao caráter já histórico da mesma, o atual processo político encabeçado por Hugo Chávez Frias na Venezuela seja objeto de muita polêmica, deturpação e simplificação da análise. Na realidade, poucas são as reflexões e análises mais sérias sobre as causas e o conteúdo da chamada Revolução Bolivariana.

O atual processo vivido pela Venezuela não começou conforme muitos imaginam em 1992, quando Hugo Chávez e mais um grupo de rebeldes da Força Armada Nacional (FAN) tentaram depor Carlos Andrés Perez pela via da insurreição armada. Tampouco começou no final da década de 1970, em 1977, quando Hugo Chávez resolveu criar com apenas mais três soldados da FAN - após fazerem sob a árvore Samán del Güere o mesmo juramento feito por Simón Bolívar no Monte Sacro romano de não descansarem enquanto a Venezuela não fosse livre – o Ejército Bolivariano de Liberación del Pueblo de Venezuela (EBLPV). (ELIZALDE & BÁEZ, 2004).

Num sentido histórico mais recente a origem do movimento político bolivariano encabeçado por Hugo Chávez pode ser atribuída às guerrilhas venezuelanas de esquerda que tiveram na Venezuela o primeiro palco latino-americano após a Revolução Cubana, na década de 1960 e, num sentido histórico mais alargado, no movimento independentista venezuelano e na Guerra Federal do século XIX e nos levantes populares antiditatoriais dos anos de 1920 e 1950 na Venezuela.

Apesar da prosperidade econômica oriunda das rendas petrolíferas e que acompanhava o otimismo mundial com a nova expansão capitalista do pós-guerra, a Venezuela da segunda metade do século XX vivia a ditadura militar de Marcos Pérez Jiménez, que perseguiu e levou à clandestinidade ou ao exílio todos os setores oposicionistas. Nesse contexto, em 23 de janeiro de 1958 a insatisfação contra a ditadura culminou com a explosão de várias manifestações e protestos de massa e com uma greve geral que acabou derrubando a ditadura. (MAZA ZAVALA, 1988)

Porém, o desfecho desta que Douglas Bravo considerou a quarta grande comoção social da história do país⁵ (apud. GARRIDO, 1999), foi patético. A derrota do movimento popular para o poder constituído levou ao chamado Pacto de Punto Fijo, que foi um acordo assinado na chácara de mesmo nome pelos partidos Ação Democrática (AD), Partido Social Cristão (COPEI) e União Republicana Democrática (URD), cujas principais lideranças regressavam do exílio, para garantirem a “estabilidade democrática” da Venezuela revezando-se no poder e reprimindo qualquer manifestação social ou política que pusesse em risco a nova ordem. O Partido Comunista ficou

⁵ A primeira grande comoção teria ocorrido com a conquista espanhola, a segunda com as guerras de independência e a terceira com a Guerra Federal.

fora do Pacto e foi posto na clandestinidade. Depois, um setor da AD rompeu com o seu partido e formou o Movimento da Esquerda Revolucionária (MIR).

Esses dois agrupamentos políticos dariam início à luta guerrilheira contra a “democracia puntofijista” na década de 1960. Mas, além desses esforços guerrilheiros desenvolvidos fundamentalmente por civis, o Partido Comunista mantinha contato - após a formação de uma comissão militar composta por Douglas Bravo e outros membros do Comitê Central - com rebeldes da FAN que tinham críticas à instituição militar, ao domínio estrangeiro das riquezas do país e à corrupção política dos governos “adecos” e social-cristãos.

O resultado desse trabalho foi a constituição de organizações clandestinas no interior da FAN, a exemplo do grupo Ação Revolucionária Armada (ARMA) de William Izarra e, mais tarde, do grupo de Hugo Chávez. A estratégia era unificar os setores progressistas da FAN com o movimento popular dirigido pela guerrilha das Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN), no que o Partido Comunista, especialmente Douglas Bravo, considerava a “via venezolana” da revolução socialista. Essa estratégia era concebida considerando-se a formação histórica diferenciada do Exército venezuelano, o que havia favorecido uma composição mais popular do mesmo e a presença de ideais progressistas em setores da jovem oficialidade. (BRAVO, entrevista julho 2007; IZARRA, entrevista julho 2007; GARRIDO, 1999).

Dessa forma, o movimento socialista e comunista venezuelano dos anos de 1960 tentava unificar a teoria marxista com a tradição patriótica e cultural própria da

Venezuela. Nesse caso, como em Cuba, teria destaque o pensamento e a obra do “Libertador” Simón Bolívar e do líder liberal da Guerra Federal, Ezequiel Zamorra, que havia tentado resgatar os ideais bolivarianos no contexto da luta contra a oligarquia venezuelana. Tanto que o lema principal desta guerra era “Morte à oligarquia!”.

Contraditoriamente, porém, apesar de ter sido o primeiro país da América Latina a se tornar independente, e desta independência ter se fundamentado - ao menos no projeto de Simón Bolívar - nos ideais iluministas da Revolução Francesa, a Venezuela foi um dos países latino-americanos em que as oligarquias políticas e econômicas demoraram mais tempo para deixar de dominar quase que exclusivamente o Estado. Já no século XX, a ditadura de Juan Vicente Gómez (1908-1935), buscou impedir “a ferro e fogo” a eclosão de movimentos sociais e políticos de caráter moderno na Venezuela. Após a morte física do ditador, governos sob a sua influência ainda permaneceriam no poder até 1945. (MAZA ZAVALA, 1988).

Assim, a Venezuela acabaria se formando historicamente a partir de uma combinação contraditória de rebeldia e conservadorismo, de radicalismo democrático e autoritarismo, de inventividade e legalismo. Essa herança ainda é carregada de forma bastante perceptível pela Revolução Bolivariana, que se move em um terreno bastante complexo em que os elementos libertários e de ruptura se mesclam ou são amortecidos pelos elementos conservadores, autoritários, legalistas e personalistas. A impressão é que existem duas venezuelas: a Venezuela rebelde na qual “todos están alzados” e a Venezuela conservadora e autoritária em que qualquer manifestação popular é considerada pelas elites dominantes uma afronta. A Revolução

Bolivariana precisa ser compreendida como produto e também como esforço de superação dessa história.

Assim, quando Hugo Chávez resolveu trazer o povo à cena política através da “democracia protagónica” da Constituição de 1999, o alarme foi disparado. Entretanto, o projeto político do movimento bolivariano liderado por Hugo Chávez, de forma semelhante às aspirações da Revolução Cubana de 1959, não propunha o socialismo de imediato e nem mesmo o anticapitalismo, mas se alicerçava em três ideias fundamentais: a substituição da democracia oligárquica e restrita do puntofijismo por uma democracia popular e de massas; a defesa da economia e da soberania nacional contra o domínio irrestrito do capital monopolista internacional e a dissolução do sistema de extremas desigualdades sociais, favorecendo o acesso da maioria da população às riquezas nacionais.

Em síntese, compreendia-se a necessidade de uma revolução de caráter nacional-democrático na Venezuela expressa nas bandeiras da democracia participativa e protagônica, do patriotismo revolucionário e da justiça social, e para levá-la a efeito buscava-se inspiração - novamente de forma semelhante ao processo revolucionário cubano dos anos de 1950 – na história e nos heróis das revoluções de orientação patriótica e democrática anteriores. (CHÁVEZ FRÍAS, 2007, 2007a; ELIZALDE & BAEZ, 2004).

Também desde o início se pensava na importância da união entre os setores progressistas da FAN e os movimentos sociais e populares e de uma nova Constituição para a República venezuelana, dados os limites da Constituição do Pacto de Punto Fijo. A forma inicialmente pensada para a tomada do poder era a combinação da insurreição popular com a insurreição militar, mas posteriormente passou-se a visualizar a possibilidade destas

transformações por meio de uma vitória eleitoral de Hugo Chávez, o que acabou acontecendo em 1998. (BRAVO, entrevista julho 2007; IZARRA, entrevista julho 2007).

A defesa de uma nova Constituição foi praticamente o único eixo da campanha eleitoral de Hugo Chávez para a Presidência da República, sendo que uma vez eleito jurou simbolicamente sobre a “moribunda” Constituição. A partir daí começou-se um processo muito complexo de tentativa de uma revolução a ser desenvolvida simultaneamente “desde arriba” e “desde abajo”. O Estado passou a ser reestruturado com base na democracia protagônica dos plebiscitos populares. Foram oito consultas populares praticamente consecutivas nos dois primeiros anos de mandato para aprovar a chamada Constituição Bolivariana e para readequar os poderes públicos a ela. (YENEIZA DELGADO, entrevista julho de 2007; ROLAND DENNIS, entrevista julho de 2007; MARINGONI, 2004).

Para os dirigentes do processo, a Revolução Bolivariana em aproximadamente 10 anos de governo Chávez ainda estava em seu começo, compreendendo-se que a sua realização plena seria fruto de um longo caminho, uma espécie de guerra de longa duração, conformada por etapas, fases, momentos e conjunturas específicas de avanços e reveses.

Yo considero que el proceso revolucionario es un conjunto de fases y etapas. No es un instante... Hay que ir progresivamente dándole la viabilidad para que esas fases y esas etapas cumplan su momento. Yo estimo, por ejemplo, y así grafico un modelo de análisis que el proceso es como una escalera, en la que existen 20 escalones e yo ubico el proceso actual en el tercer escalón, nos faltarían todavía 17, donde el último es la consolidación, la consolidación de la revolución que yo apunto que se consolida cuando se alcance el bien común del colectivo. (IZARRA, entrevista julho 2007).

O objetivo seria “transferir” paulatinamente, de acordo com as possibilidades concretas, o

poder ao povo para ser exercido diretamente e consolidar o “Estado Social Comunal” ou o “socialismo do século XXI”, como passou a ser denominado o processo a partir de 2005. Quando Hugo Chávez passou a defender o socialismo como etapa seguinte da Revolução Bolivariana muitas dúvidas, controvérsias e inquietações vieram à tona, tanto de opositores como de apoiadores do processo.

Porém, posteriormente, o conteúdo do que era chamado de socialismo do século XXI se tornou mais conhecido. Considerava-se que intentos de novas formas produtivas - especialmente cooperativas, núcleos de desenvolvimento endógeno e empresas estatais administradas em conjunto com os trabalhadores - poderiam ser desenvolvidas no interior do antigo sistema social capitalista venezuelano, de forma a se sobrepor paulatinamente, com o apoio essencial do Estado, àquele sistema sem, contudo, pretender-se uma eliminação completa das formas de propriedade e produção privadas. Assim, o socialismo do século XXI seria o predomínio da economia comunal e estatal sobre a economia mercantil privada. (DIETERICH, 2002; GUERRA, 2007; IZARRA, entrevista julho 2007).

Como é evidente, tanto o conteúdo quanto a forma de construção do socialismo do século XXI destoavam completamente do projeto socialista do Manifesto do Partido Comunista implementado em Cuba e na União Soviética. A principal diferença estava na expectativa da possibilidade de realizar-se o socialismo por meio de transformações graduais do Estado e da economia capitalista. Como disse Florestan Fernandes (1979), as experiências latino-americanas, cujo caso emblemático foi a chamada via chilena de construção do socialismo, malograram nesta tentativa, justamente por não compreenderem a

impossibilidade de caminhar paulatinamente de uma revolução de caráter nacional-democrático para uma revolução socialista nas condições do capitalismo dependente.

4. Considerações Finais

Esse trabalho buscou evidenciar a atualidade dos processos emancipatórios de cunho nacional-democrático e de seus vínculos com a revolução socialista na América Latina. Nesse sentido, o atual processo político venezuelano dirigido por Hugo Chávez Frías constitui um exemplo emblemático dessa realidade. A comparação com Cuba, por sua vez, permitiu esclarecer que o horizonte estratégico da revolução social na América Latina permanece o mesmo desde as origens do capitalismo neocolonial ou dependente em nosso subcontinente. Ou seja, ainda estamos às voltas com os dilemas do que Florestan Fernandes (2000) chamou de equação da revolução nacional-democrática anti-imperialista a partir da revolução proletária socialista no solo histórico da América Latina.

Por essas razões, mais do que uma referência comparativa, a Revolução socialista cubana apareceu como por ser o único caso de revolução nacional-democrática vitoriosa na América Latina. De acordo com a análise de Florestan Fernandes (1979), as razões se devem ao vínculo estabelecido naquele país entre as duas revoluções: a nacional-democrática e a socialista. Segundo o autor, os países latino-americanos que tentaram optar apenas pela primeira ou estabelecê-la como uma ponte segura para o socialismo, teriam ficado a meio caminho e sofrido as consequências.

Com base, portanto, nessa abordagem, foi possível caracterizar a experiência venezuelana como uma revolução nacional-

democrática, com vínculos não apenas existentes, mas conscientemente propugnados nos projetos políticos hegemônicos do processo, dado que o alvo principal do ataque se dirigiu ao domínio irrefreado do capital internacional, às graves desigualdades sociais e ao sistema político corrompido e de democracia restrita.

Esse projeto político, por sua vez, também constituiu em seus traços essenciais as aspirações da Revolução Cubana de 1959 que, apesar de uma vez no poder ter seguido rapidamente o caminho socialista, havia apresentado e mobilizado o povo cubano no objetivo de realizar as bandeiras inconclusas de liberdade política, independência econômica e justiça social das três revoluções cubanas anteriores.

O esforço comparativo evidenciou também que a semelhança dos projetos políticos defendidos no contexto pré-revolucionário dos dois países se deveu à presença inescusável de uma realidade histórico-estrutural comum, mesmo que os processos políticos em análise tenham se desenvolvido em momentos históricos muito diferentes. Esses fatores estruturais comuns são constituídos pela dependência do país do capital estrangeiro, pela presença de desigualdades sociais extremas e pela permanência de estruturas de poder autoritárias, muitas vezes abertamente ditatoriais e, outras vezes, dissimuladas pelo exercício de uma democracia restrita e tutelada.

Afora estes aspectos, nada secundários ou irrelevantes, todas as demais características dos processos cubano e venezuelano são distintas, a começar pelo cenário mundial em que ocorrem. Nesse aspecto, talvez se possa dizer que a Revolução Bolivariana enfrenta desafios muito mais complexos e obstáculos aparentemente irremovíveis, dado o contexto

de fim do socialismo na União Soviética e de domínio unilateral do sistema capitalista.

Por outro lado, o processo histórico dos dois países também é bastante distinto, apesar de alguns pontos de conexão. Os personagens coletivos e individuais também diferem em termos de origem, formação e ideologia. Por fim, as vias de realização dos projetos revolucionários não poderiam ser mais distintas: no caso cubano, a revolução socialista foi simultânea à revolução nacional-democrática e, no caso venezuelano, está se buscando avançar por vias graduais da revolução nacional-democrática ao socialismo.

Referências bibliográficas

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo (1970). **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo (1985). Repensando dependência e desenvolvimento na América Latina. In: CARDOSO, Fernando Henrique; SORJ, Bernardo; FONT, Maurício. **Economia e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense.

CARMAGNANI, Marcelo (1984). **Estado y sociedad en América Latina: 1850-1930**. Barcelona: Editorial Crítica.

CASTRO RUZ, Fidel (1975). **La unión nos dio la victoria**: Informe del Comité Central del Partido Comunista de Cuba al Primer Congreso. La Habana: Departamento de Orientación Revolucionaria. del Comité Central del Partido Comunista de Cuba.

CASTRO RUZ, Fidel [200-]. **Cien Horas con Fidel**: entrevista concedida a Ignacio Ramonet. Capítulos 6 a 16. La Habana: Ediciones Juventud Rebelde. 4 Folletos.

CASTRO RUZ, Fidel (2007). La historia me absolverá [1953]. In ÁLVAREZ MOLA, Martha Verónica; RAVELO LÓPEZ, Sérgio (comp.). **Fidel Castro - selección de documentos, entrevistas y artículos (1952-1956)**. La Habana: Editora Política, p. 4-70.

CHÁVEZ FRÍAS, Hugo (2007). **El discurso de la unidad**. Caracas: Ediciones “Socialismo del Siglo XXI”, n. 1, enero. Discurso pronunciado en el Complejo Cultural Teresa Carreño, Caracas, en 15 de diciembre de 2006. Libreto.

CHÁVEZ FRÍAS, Hugo (2007a). **Proyecto de Declaración Programática MBR-200**. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación e Información. Libreto.

DEL POZO, José (2002). **História de América Latina y del Caribe - 1825-2001**. Santiago: LOM Ediciones.

DIETERICH, Heinz (2002). **El socialismo del siglo XXI**. Ciudad de México: Ediciones de Paradigmas y Utopías.

DONGHI, Tulio Haperin (1985). **Reforma y disolución de los imperios ibéricos - 1750-1850**. Madrid: Alianza.

DOUGLAS BRAVO. Legendário líder guerrilheiro das FALN nos anos 60-70, fundador do PRV-Ruptura, atual líder do Movimento Tercer Camino. Caracas, Venezuela, Julio de 2007. 1 arquivo de áudio (1h40min.)

ELIZALDE, Miriam Rosa; BÁEZ, Luis (2004). **Chávez nuestro**: testimonios inéditos. La Habana: Casa Editora Abril.

ELVIRA DÍAZ VALLINA. Militante *Juventud Ortodoxa* e presidente da FEU após o assassinato de José Antonio Echeverría em 1957. La Habana, Cuba, Julho de 2007. 1 arquivo de áudio (2h7min.)

FERNANDES, Florestan (1979). **Da guerrilha ao socialismo - a revolução cubana**. São Paulo: T. A. Queiroz.

FERNANDES, Florestan (1981). **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

FERNANDES, Florestan (1981a). **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

FERNANDES, Florestan (1987). **A Revolução burguesa no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.

FERNANDES, Florestan (2000). **O que é Revolução?** São Paulo: Expressão Popular, p. 55-148. Clássicos sobre a Revolução Brasileira.

FERNÁNDEZ RETAMAR, Roberto (2001). Martí en su (tercer) mundo. In: **Introducción a José Martí**. La Habana: Editorial Letras Cubanas, p. 13-79.

FRANK, André Günder (1978). **Capitalismo y subdesarrollo en América Latina**. 5. ed. México: Siglo Veintiuno.

FURTADO, Celso (1974). **O mito do desenvolvimento econômico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GARCÍA OLIVERAS, Julio (2006). **Contra Batista**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales.

GARRIDO, Alberto (1999). **Guerrilla y conspiración militar en Venezuela**: testimonios de Douglas Bravo, William Izarra y Francisco Prada. Mérida: Editorial Venezolana.

GUERRA, José (2007). **¿Que és el socialismo del siglo XXI?**. 3. ed. ampl. Caracas: Librorúm

Editores.

HIRAM PRATS LABRADA. Militante do Partido Socialista Popular (primeiro Partido Comunista). La Habana, Cuba, Julho de 2007. 1 arquivo de áudio (1h39min.)

HOLANDA, Sérgio Buarque de (1995). **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras.

HUNT, E. K. (1986). **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus.

JULIO GARCÍA OLIVERAS. Militante do *Directorio Revolucionario* e participante do assalto ao Palacio Presidencial em 13 de marzo de 1957. La Habana, Cuba, Julho de 2007. 1 arquivo de áudio (1h56min.)

JUVENTUD ORTODOXA (1948). Comisión Nacional Organizadora de la Sección Juvenil del Partido del Pueblo Cubano – Ortodoxos. **El pensamiento ideológico y político de la juventud cubana: folleto de educación política (fragmentos)**. La Habana: Secretaría de Propaganda, p. 138-144. Tesis. Mimeografado.

MARINGONI, Gilberto (2004). **A Venezuela que se inventa: poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez**. São Paulo: Editora Perseu Abramo.

MARINI, Ruy Mauro (2000). Dialética da dependência. In: SADER, Emir (Org.). **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO.

MARTÍNEZ HEREDIA, Fernando (1998). La fuerza del pueblo. Original fornecido pelo autor. Publicado in **Temas**, La Habana, n. 16-17, p. 82-93, oct./jun. Mimeografado.

MARTÍNEZ HEREDIA, Fernando (2005). **El mundo ideológico cubano de 1959-marzo 1960**. La Habana. Original fornecido pelo autor.

MAZA ZAVALA, D.F. (1988). História de meio século na Venezuela: 1926-1975. In GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (Org.). **América Latina: história de meio século**. Volume 2. Brasília: Editora da UnB.

MR-26-7 (2007). Manifiesto n. 1 del 26 de Julio al pueblo de Cuba [1955]. In ÁLVAREZ MOLA, Martha Verónica; RAVELO LÓPEZ, Sérgio (comp.). **Fidel Castro - selección de documentos, entrevistas y artículos (1952-1956)**. La Habana, Editora Política, p. 82-95.

PRADO JR., Caio (1966). **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense.

PREBISCH, Raúl (1968). **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

PREBISCH, Raúl (1987). Cinco etapas de mi pensamiento sobre el desarrollo. In: SECRETARIA GENERAL DE CEPAL. **Raúl Prebisch: un aporte al estudio de su pensamiento**. Santiago de Chile.

PRESTES, Anita Leocádia (1980). A que herança os comunistas devem renunciar? **Revista Oitenta**, Porto Alegre, n. 4.

ROCA, Blas (1961). **Los fundamentos del socialismo en Cuba [1943]**. ed. corregida. La Habana: Ediciones Populares.

RODRIGUEZ, Carlos Rafael (1983). El pensamiento de la Juventud Ortodoxa. In: **Letra con filo**. Tomo I. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, p. 61-76.

ROLAND DENNIS. Ex vice-ministro de Planificação do governo Chávez. Caracas, Venezuela, Junho de 2007. 1 arquivo de áudio (1h21min.).

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda (1999). **Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado**,

Florestan Fernandes e Celso Furtado.
Petrópolis: Vozes.

YENEIZA DELGADO. Jornalista que cobriu a campanha presidencial de Hugo Chávez em 1998, atualmente trabalha no setor de comunicação do governo Chávez. Caracas, Venezuela, Julho de 2007. 1 arquivo de áudio (31min.)